

Contra-hegemonia e política popular no Oriente Médio: uma entrevista com John Chalcraft

George Souvlis

Doutorando em História e Civilização
Instituto da Universidade Europeia (Itália)

Contra-hegemonia e política popular no Oriente Médio: uma entrevista com John Chalcraft

Resumo: Nessa entrevista, o professor da London School of Economics, John Chalcraft, comenta algumas de suas principais obras destacando a importância do conceito de contra-hegemonia em seu trabalho e como ele pode ser operacionalizado para dar conta da pluralidade de formas de resistência na transição para o capitalismo em diferentes partes do mundo e especialmente no Oriente Médio.

Palavras-chave: 1. Contra-hegemonia; 2. Política popular; 3. Oriente Médio.

Counter-hegemony and people's policy in the Middle East: an interview with John Chalcraft

Abstract: In this interview, London School of Economics professor, John Chalcraft, comments some of his main works, highlighting the importance of the concept of counter-hegemony in his work and how it can be operated to deal with the plurality of the multiple forms of resistance in the capitalist transition in different parts around the world and specially in the Middle East.

Keywords: 1. Counter-hegemony; 2. Popular politics; 3. Middle East.

Em entrevista concedida a George Souvlis, John Chalcraft – professor da *London School of Economics* – discute sua trajetória intelectual ao longo da última década, em particular suas pesquisas sobre o Oriente Médio e o uso do conceito, de inspiração gramsciana, de contra-hegemonia. Para Chalcraft, o debate sobre as formas de resistência dos subalternos oscilou por muitas vezes entre o objetivismo das relações de produção e o subjetivismo das diferentes visões de mundo, o que exigiu ao longo deste período a produção de sínteses capazes de considerar ambos aspectos. Nesse sentido, o conceito de contra-hegemonia, ou “hegemonia vista de baixo”, busca justamente equacionar essas duas perspectivas na análise das relações de dominação e resistência.

George Souvlis. *Para começarmos, quais as experiências que mais lhe influenciaram política e academicamente?*

John Chalcraft. Eu sou filho de uma assistente social e de um vigário, nascido num meio inglês provinciano. Eu me lembro de ter defendido uma moção que apoiava a greve dos mineiros em um debate escolar na década de 1980 e de ter ficado realmente surpreso com a raiva com que a nossa postura foi recebida naquele contexto conservador. Viajar para o Norte da África, no final da adolescência, acabou tendo um grande impacto sobre as minhas percepções daquela parte do Terceiro Mundo que, naquela época, elaborava em termos orientalistas sem maiores problematizações. Descobrir os textos de Noam Chomsky e John Pilger, quando eu já tinha meus vinte anos, foi uma experiência política e intelectualmente provocante. Seus argumentos confrontavam os meus entendimentos mais básicos, que eu tinha herdado do senso comum. E eu também estava frustrado com a falta de oferta de disciplinas de história não-Ocidental nos meus tempos de graduação. Essas frustrações e provocações possibilitaram que eu fizesse questionamentos e me motivassem

intelectualmente para que eu seguisse o caminho de uma intelectualidade crítica e obtivesse um doutorado em história do Oriente Médio.

George Souvlis. *Seu primeiro livro, publicado em 2005, recebeu o título de Striking Cabbies of Cairo and other stories e é uma história de adaptação e protesto dentre os artesãos e trabalhadores do setor de serviços no Egito, nos séculos XIX e XX. Você gostaria de nos apresentar os aspectos básicos da formação da classe trabalhadora egípcia no período entre 1863 e 1914? Qual foi o papel dos pequenos produtores e dos provedores de serviços nesse processo? De que maneiras eles usaram os discursos sobre direitos políticos e sociais e sobre o estado-nação para orientar suas demandas políticas?*

John Chalcraft. Eu argumentei, nesse estudo, que os artesãos e os demais trabalhadores egípcios que forneciam serviços no final do século XIX, início do XX, estavam envoltos em formas de auto-exploração (que seria uma forma de se auto-empregar sem conseguir ter margem de lucro) e de extração de trabalho (que seria a extração de uma mais-valia absoluta) e que eles eram uma parte importante do movimento operário, ainda que eles tenham sido tradicionalmente excluídos nos relatos que focaram na ascensão do proletariado industrial.

Esses trabalhadores, tanto artesãos como prestadores de serviços, atuavam no mesmo universo político-cultural de seus contemporâneos operários da indústria, faziam greves por salários, melhores condições de trabalho e, especialmente, contra regulações intrusivas – e também formaram alianças com os nacionalistas de 1907 em diante. Eu usei dados censitários e tributários para mostrar como era significativa sua participação em termos de emprego e economia num todo. Eles não eram socialistas, no estilo europeu do termo, mas concebiam suas dificuldades em termos de uma economia moral em transformação, diversificada e informada pela administração do Império Otomano, baseada em princípios de justiça, direitos (concebidos como aquilo que era “justo”), costumes amparados no passado e novas formas de cidadania em desenvolvimento, assim como o insurgente nacionalismo.

Eu também procurei demonstrar como os protestos e adaptações desses trabalhadores tiveram um importante papel na desestruturação da antiga ordem corporativista das guildas urbanas, formando novos veículos para a ação

coletiva, especialmente as associações e sindicatos. Eu me deparei com uma noção de classe que era muito restrita para dar conta daquela situação – e acabei achando muito difícil explicar as mudanças em termos de “desenvolvimento capitalista”: de fato, as mudanças objetivas eram muito diversas e não apontavam para um desenvolvimento simples da forma de trabalho completamente mercantilizada e assalariada, enquanto a análise articulada dos modos de produção acabava por vezes menosprezando as mudanças que ocorriam no mundo do trabalho, que ia se convertendo em pura atividade de sobrevivência. Eu acabei descobrindo que a política estava moldando as forças de produção tanto quanto elas estavam moldando a política.

George Souvlis. *Em seu artigo, “Pluralizing Capitalism, challenging Eurocentrism: Toward Post-Marxist Historiography”, também de 2005, você criticou a historiografia marxista como eurocêntrica por causa de sua concepção de capitalismo que seria monolítica e teleológica. Ao invés disso, você sugeriu uma abordagem epistemológica diferente, com múltiplos regimes de produção e destacando as formas pelas quais a atividade econômica pode ser combinada à política e à sociedade. Você poderia elaborar mais essas alternativas conceituais à historiografia marxista dominante? De que maneira essa conceitualização desafia os entendimentos mais comuns acerca da visão eurocêntrica que endossa uma única forma de “transição para modernidade” e o que ela pode nos dizer sobre a própria modernidade europeia?*

John Chalcraft. Eu ainda estou trabalhando em cima dessas alternativas conceituais. Elas partem, é claro, dessa ideia de que a força de trabalho não foi, na verdade, completamente transformada em mercadoria, ou que se tornou “livre”. Inicialmente, ela teve de lutar e conquistar proteção social e formas de patronagem para substituir as antigas proteções “idílicas”, “feudais” e “patriarcais”. Em segundo lugar, em diversas vezes e por diversas formas, os trabalhadores encontraram maneiras de acessar diferentes tipos de capital e meios de produção – geralmente, por exemplo, ao conservarem pequenas propriedades de terra e estabelecer comunidades domésticas de produção. Em terceiro, a liberdade legal do mercado de trabalho varia de lugar para lugar – como o trabalho compulsório de imigrantes nos países árabes demonstra tão facilmente em nossa época atual. E, por fim, os trabalhadores possuem

diferenças de poderes no que diz respeito às combinações e associações que se estabelecem, o que gera diferentes condições de trabalho e formas de fazer política.

Por essas razões, eu não acredito que é possível tratar o capitalismo como um sistema auto-propulsor, capaz de determinar toda a vida social como se fosse baseado em relações de trabalho livre e completamente comodificadas, pois se fosse assim a contínua expansão do capital não faria sentido. Tratar o capitalismo enquanto uma totalidade já completa e com um motor próprio é, portanto, um erro que acaba reproduzindo as formas mais cruciais da historicidade, racionalidade e consciência eurocêntrica: isso porque se acaba condenando a posição de “tornar-se capitalista” como um eterno devir, na sala de espera da História, apagando assim formas de agência complexas e histórias particulares. Em outras palavras, esse tratamento paradoxalmente reduz a diversidade e a complexidade das diferentes formas de história do trabalho que são possíveis.

Sobre as alternativas conceituais que podem surgir dessa visão extremamente profunda e confusa sobre a desigualdade das transformações econômicas capitalistas, eu acabo acionando a noção de regimes de trabalho, que enfatiza como as relações de poder (e não apenas as relações de produção ou culturais) têm um importante papel na formação das condições e no mercado de trabalho. Desde a publicação desse artigo que você mencionou, acabou ficando evidente para mim que, dado que as relações de poder são estabelecidas no âmbito do Estado e da comunidade política, é fundamental estudar a política e a ação política. Desde então eu venho trabalhando conceitos mais adequados para essa tarefa e tentando apreender a noção de hegemonia, entendida em termos de configurações de consentimento e dominação nos acordos políticos estabelecidos.

George Souvlis. *Vivek Chibber, no livro Postcolonial Theory and the Specter of Capital, publicado em 2013, criticou a teoria pós-colonial tal como representada pelo grupo do Subaltern Studies e afirma que nós podemos – e devemos – conceitualizar o mundo não-Ocidental dentro das mesmas lentes analíticas que usamos para entender os desenvolvimentos do Ocidente. O que você pensa sobre essa afirmação? Nós podemos e devemos usar um repertório*

analítico que é oriundo da experiência histórica ocidental para conseguir compreender realidades não-ocidentais?

John Chalcraft. O que penso sobre essa afirmação, de que devemos conceitualizar o mundo não-ocidental sob a mesma lente analítica que usamos para entender o desenvolvimento no Ocidente, é que “sim”, certamente essa *seria* uma boa ideia. Todavia, o fato é que para conseguirmos realizar esse projeto, o mundo não-ocidental deveria ser o local principal para a formação dessa teoria (e não somente um laboratório para testá-la), valendo-se de um período mais longo e com muito mais diversidade do que o modelo ocidental considera até agora. As teorias baseadas na história do Ocidente teriam de ser completamente revisadas diante do encontro com teorias baseadas nas experiências históricas e políticas do mundo colonizado. E isso não vem acontecendo com muita frequência. Todavia, o projeto de Edward Said, de reler a história e a cultura da Europa em termos de império, foi também explorado em termos econômicos por teorias marxistas e não marxistas sobre o desenvolvimento capitalista. O *Subaltern Studies* não é uma mera escola, é claro, mas sim um amálgama de diferentes posições teóricas – que iniciou a partir de muitas leituras de Marx e Gramsci e que, gradualmente, foi se tornando mais interessado em Foucault, discursos, cultura e semiótica. Os subalternistas contribuíram muito para o estudo do mundo não-ocidental, o que fizeram em termos mais críticos do que os intelectuais que partiram apenas da experiência europeia. No entanto, sua virada discursiva careceu de análise política.

Nós não podemos usar diferentes categorias e conceitos para estudar o mundo não-ocidental: isso é excepcionalismo e uma forma de reintroduzir o orientalismo. Contudo, apesar de muitas das críticas de Chibber (2013) acertarem em cheio o pós-colonialismo (e são críticas fortes e provocativas), a alternativa que o livro propõe não funciona para mim, pois na verdade considero que ela não representa uma alternativa, mas sim um retorno bastante ultrapassado ao já desacreditado universalismo do desenvolvimento capitalista que, conforme mencionei antes, considero problemático. Em outras palavras, uma coisa é afirmar que devemos buscar conceitos e procedimentos analíticos universais, mas outra bastante diferente é dizer isso e retomar às análises economicistas e materialistas do capitalismo. Nós não podemos usar os

conceitos, criados a partir de uma experiência ocidental abstrata e idealizada, para entender a história do mundo todo.

George Souvlis. *No livro que você editou com Yaseen Noorani, em 2007, Counterhegemony in the Colony and Postcolony, vocês utilizam a noção de contra-hegemonia, de inspiração gramsciana, para interpretar os episódios de resistência mais desconhecidos que ocorreram em diferentes zonas geográficas do Sul-global. Como esse conceito foi útil para esta iniciativa? O que ele ofereceu em termos analíticos?*

John Chalcraft. Este livro foi um esforço colaborativo muito interessante e eu acho que ele nos ajudou a trabalhar com os diferentes problemas que vinham da necessidade de entender a resistência quando lógicas políticas, sociais e culturais se deparam com lógicas econômicas. A premissa do volume é que quanto mais o pensamento acadêmico foi se sofisticando no debate sobre as formas sutis da hegemonia, menor foi a atenção dada à dimensão da contra-hegemonia, igualmente importante. Nós queríamos teorizar a partir de casos do Sul-global – então pegamos casos específicos da Ásia, da África, do Oriente Médio, do Caribe e da América Latina e incorporamos a crítica de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2001[1985]) sobre o economicismo marxista. Nós estávamos buscando por conceitos que fossem mais baseados na historicidade, no que, afinal, significa resistir em determinada época e em determinado contexto político.

Nós pensamos em termos de uma espécie de ataque direto a uma ordem estabelecida, redefinindo e manipulando os termos dominantes, observando o desenvolvimento de subculturas e de esferas de autonomia que eram toleradas, assim como a subversão silenciosa envolvida nas maneiras cotidianas de resistência. Eu creio que foi particularmente útil a discussão sobre as diferentes formas de “hegemonia vista de baixo”, onde os grupos subalternos defendem, promovem ou redefinem os termos centrais dos discursos dominantes, uma prática que podia, por vezes, mostrar-se ameaçadora às elites e autoridades. O argumento mais genérico que formulamos é que nenhuma das formas de resistência que nós estudamos pode ser considerada contra-hegemônica a menos que busque a reformulação dos processos de dominação e sua rearticulação de maneiras diversas. Nós compreendemos que essa rearticulação

não é apenas algo dentro de uma ordem discursiva, mas também se relacionava a instâncias particulares de resistência e de antagonismo perante as alternativas políticas predominantes.

George Souvlis. *Seu livro seguinte, publicado em 2010 sob o título The Invisible Cage: Syrian Migrant workers in Lebanon tratou da história da migração de trabalhadores sírios para o Líbano na segunda metade do século XX. Quais foram as condições estruturais que forçaram e, ao mesmo tempo, permitiram que esse importante fluxo de trabalhadores migrasse de um país para o outro no período que você estudou?*

John Chalcraft. Bem, não havia condições puramente estruturais, dado que a forma em que a hegemonia operava na construção do livro foi praticamente implodida pela agência exercida pelos trabalhadores migrantes em arenas mais segmentadas e locais. Eu quis precisamente mostrar como os migrantes não eram apenas detritos e naufragos, movidos e comprimidos somente pelas diferentes formas de acumulação de capital e, ao mesmo tempo, demonstrar como eles também não tinham total controle sobre os seus próprios destinos. O livro ilustrou como esses imigrantes estavam envoltos, contra a sua vontade, em estruturas de exploração em prol da acumulação, sendo o exílio a forma da rotação da mão-de-obra, tudo isso ligado sua tentativa por buscar reconstruir as comunidades domésticas de sua antiga terra natal. Essa foi a minha resposta, baseada na noção de “afinidades eletivas”, à questão sobre por que a coerção extra-econômica não mais é exigida para garantir a oferta de mão-de-obra.

Uma série de processos lentos e relativamente estruturais estava operando nos dois países desde o século XIX, tais como o desenvolvimento de um mercado de terras e de trabalho, que acabou gerando um campesinato com pequenas propriedades que se destacava justamente por não conseguir viver com o que tirava da terra; e o êxodo gradual para o Líbano, que acabou gerando demanda interna por mão-de-obra na Síria e que, ao mesmo tempo, não permitiu que as famílias sírias se integrassem na comunidade libanesa. Eu também procurei mostrar como certos períodos fundamentais na história dessa imigração estavam diretamente ligados a certos acontecimentos políticos, como a força do partido *Ba'ath* na Síria, a república mercantil no Líbano, a guerra civil e o período do controle militar sírio até o início dos anos 2000.

George Souvlis. *O que é esta “jaula invisível” (Invisible Cage) que o título do livro indica para se referir aos trabalhadores sírios e como ela se conecta com a noção gramsciana de hegemonia, que informa o seu estudo?*

John Chalcraft. O livro procura misturar a ideia de “jaula de ferro”, de Max Weber (2004), com a “mão invisível” de Adam Smith (1983). Em Weber, a “jaula de ferro” é usada como metáfora para falar do cuidado com o mundo externo como parte da lógica asceta dos calvinistas. Nesta, tal cuidado deveria ser sentido como “um manto leve nas costas de um santo”, mas acaba se tornando uma “jaula de ferro” que aprisiona esses protagonistas em uma nova cosmologia de capitalismo e consumo. Já a “mão invisível”, de Smith, trata do mercado e da divisão do trabalho e de como eles supostamente devem trazer prosperidade àqueles que trabalham esforçadamente e evitam uma “vida perdulária”.

Os imigrantes sírios que pesquisei, por sua vez, trabalhavam 17 horas por dia e sete dias por semana. Muitos evitavam fervorosamente atividades como jogo, bebedeiras e prostituição, tudo isso para poder economizar para suas famílias na esperança de comprar uma porção de terra e/ou estabelecer um pequeno negócio. Eles cultivavam uma imensa variedade de disciplinas que eram tanto éticas quanto corporais, tudo para conseguir lidar com a perda do seu tempo de reprodução de mão-de-obra, persistindo nessas condições que deveriam ser temporárias até terem sucesso. Nesses casos, os sonhos e as aspirações eram adiados e muitas vezes os imigrantes acabavam sendo enredados em sistemas radicais de acumulação, ostracismo baixa renda e exílio. A metáfora da “jaula invisível” acaba sendo apropriada para essa situação, pois as formas de coerção que colocavam os trabalhadores nessas condições não dependiam de uma operação visível. Assim, a noção de hegemonia consegue capturar essa mistura de agência, relacionada a aspectos voluntários e econômicos da migração em busca de trabalho com escolhas de atuação em espaços locais e segmentados e, de outro, das formas mais amplas de coerção e poder estrutural que operavam sobre eles.

George Souvlis. *Em um capítulo de livro de 2011, “Labour Protest and Hegemony in Egypt and the Arab Peninsula”, você tenta mostrar como os novos*

e velhos movimentos de protestos de trabalhadores no Egito e na península arábica podem ser entendidos em termos de contestação hegemônica. Você poderia elaborar um pouco mais sobre esse tema?

John Chalcraft. Esse capítulo desenvolveu as linhas do pensamento que vieram de trabalhos como *Counterhegemony* e *Invisible Cage*. Por um lado, existe essa ideia acerca das formas defensivas da “hegemonia vista de baixo”, na qual os grupos sociais subalternos acabam defendendo os termos de uma hegemonia existente que está sendo ameaçada pelas próprias elites. Isso parece ser aplicável a boa parte da esquerda “defensiva” e dos protestos operários no Egito desde os anos 1970, à medida que o nasserismo e o socialismo árabe passaram a sofrer uma série de derrotas vindas das novas formas de hegemonia da política neoliberal. Por outro lado, há formas de protesto mais “proativas” e “ofensivas” (não no sentido negativo, é claro), que podem ser associadas à ascensão de um novo “bloco histórico”, para usar uma inspiração gramsciana. Essa ideia fez mais sentido para avaliar a ascensão dos protestos populares na península arábica nas décadas de 1950 e 1960, que estavam diretamente relacionadas – ou “organicamente formuladas”, para usar um termo de Gramsci – com o pan-arabismo e o socialismo.

A ideia aqui, portanto, era comparar essas diferentes ondas de ativismo nos termos dessas ideias básicas. Tais ideias inclusive poderiam explicar a quietude da classe trabalhadora durante os períodos de maior hegemonia, como no Egito de Nasser nos anos 1950 e 1960. Eu também argumentei que os protestos mais recentes, da década de 2000, ocorridos entre os emigrantes da península arábica, estavam relacionados aos momentos em que a base hegemônica do sistema servil de migração forçada praticamente entrou em colapso. E, por fim, eu afirmei – escrevendo antes de 2011, convém ressaltar – que não era mais o caso dos protestos no Egito serem apenas defensivos, como parecia ser no início da década de 2000. De fato, novas formas de rearticulação estavam emergindo, tanto por causa dos protestos defensivos, mas também para ir além deles, ou até mesmo pela própria forma que essas ondas de protestos parecem conectar-se umas às outras, de uma maneira inclusive muito exploratória, para construir formas alternativas de política.

George Souvlis. *Seu livro mais recente publicado em 2016, Popular Politics in the Making of Modern Middle East, examina o papel das políticas populares no fazer-se do Oriente Médio moderno. O objetivo epistemológico central no livro é ir além de uma sociologia histórica objetivista sobre mudanças sociais e do construcionismo social subjetivista que negligencia os contextos históricos mais amplos de onde a ação social acontece. Como você fez isso? O que você sugere, em termos epistemológicos, para quem pretende dar conta mais efetivamente do processo histórico? Ainda sobre os protestos no mundo árabe em 2011: por que, em sua opinião, eles emergiram? De que maneira eles transformaram as estruturas com as quais se confrontaram – se é que o fizeram – e vice-versa? Qual foi o impacto das estruturas políticas em seu DNA político e de que forma elas foram mudadas por eles?*

John Chalcraft. A sociologia histórica objetivista tende a ver a política e o confronto político como o devir de um processo de mudança socioeconômica, do desenvolvimento do capitalismo e da formação de classe. Já o construcionismo social tem como foco central o estudo da percepção, da subjetividade, da formação identitária, das concepções de mundo e dos discursos. Meu trabalho, *Popular Politics*, parte de outro ponto acerca da construção das comunidades políticas. Eu assumo que o ponto central de meu argumento são as tensões entre as lógicas políticas (que envolvem coerção, dominação e controle) e as lógicas sociais, culturais e econômicas. A hegemonia busca resolver tais tensões. O livro, então, busca olhar para as tensões entre as instituições estatais, processos políticos estabelecidos e elites de um lado e, do outro, os projetos mobilizadores e transgressores dentre os setores populares que desafiavam as regras da política formal, tudo isso a partir de uma perspectiva axiomática.

A contestação de uma hegemonia, portanto, passa a ser lida no seu sentido político, referindo-se às formas pelas quais as instituições políticas dominantes ganham o consentimento das classes populares, mas também como esse consenso é quebrado, renegociado e reformulado em novas formas transgressoras e até revolucionárias. Eu queria escrever a história dessas tensões e das dinâmicas de confronto que não podem ser reduzidas às transformações socioeconômicas ou a simples fabricação de significados. Elas dizem respeito, na verdade, a uma forma de política popular insubmissa, nas quais as pessoas

comuns, tipicamente excluídas no seu acesso a política, tentam tomar conta dos problemas com suas próprias mãos, buscando controlar uma agência que é tanto política quanto doutrinária, quebrando as regras rotineiras da política nesse processo. Eu espero ter conseguido mostrar a importância do trabalho intelectual, das apropriações trans-locais dos modelos de ação coletiva, dos compromissos normativos, das organizações estratégias e táticas, assim como das interações na hora de ver como elas determinam a forma e a fortuna dessas formas de mobilização transgressoras. De certa forma, é um tipo de “história vista de baixo”.

Para resumir grosseiramente, essa abordagem atinge até mesmo a Primavera Árabe de 2011, em termos de compreender as profundas tensões que foram se consolidando nos anos mais recentes, especialmente aquelas entre as classes populares e os regimes de certas partes do Oriente Médio e do Norte da África. A dominação sem hegemonia garantiu condições fundamentais para que emergissem essas novas formas de mobilização transgressora e essa ação coletiva insubmissa perante as grandes massas de pessoas comuns.

As revoltas árabes foram seguidas por uma grande onda de violência, repressão, contrarrevolução e, claro, pela cínica manipulação não apenas regional, mas também das grandes potências internacionais. Por um lado, esses levantes mostraram que “presidentes vitalícios” e parcelas significativas de regimes podem ser derrubados ou, ao menos, substancialmente ameaçados pelo “poder popular” – uma inovação fundamental da época colonial na região. Eles expuseram a bancarrota e a violência das estruturas de controle e comando que dependiam unicamente da violência e coerção para assegurar-se. Eles também delimitaram a importância regional de uma democracia radical, descentralizada e capaz de organizar lideranças – tanto em suas possibilidades quanto em seus limites.

George Souvlis. *Seus estudos sobre a política popular no Oriente Médio examinam esses ciclos de protestos no passado, num compêndio de tempo que alcança todo o século XX. De que maneira as atuais formas de protestos se diferem daquelas do passado? Quais são as novidades que elas ofereceram aos projetos de mobilização popular do povo árabe e no que elas são devedoras de seus “ancestrais políticos”?*

John Chalcraft. Creio que já dei algumas respostas possíveis para essa questão. Mas vale a pena ressaltar que as revoltas de 2011 lutaram para elaborar uma nova ideologia política a partir das afirmações mais universais de soberania popular, pão, dignidade e liberdade, que foram articuladas claramente por milhões de pessoas comuns que estavam nas ruas. Elas fizeram o oposto dos revolucionários de outras épocas, ao não se valerem de formas de ideologias sectárias, maniqueístas e identitárias, ou de formas baseadas na violência e na imposição moral de uma lei divina, como nos modelos de grupos salafitas e wahabitas. Os grandes movimentos revolucionários do passado, seculares e religiosos, tinham seus próprios intelectuais – orgânicos ou não. E, portanto, não há motivos para excluir a possibilidade, *a priori*, de que novas e interessantes identidades, princípios, visões de mundo e valores possam ser ainda desenvolvidos pelos novos intelectuais que representariam aquilo que Gramsci talvez chamasse por “nova fase histórica”.

George Souvlis. *O movimento pelo Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS)¹ ainda está em construção e a opinião sobre ele ainda está bastante dividido, tanto sobre sua natureza quanto sobre seu papel. O que você pensa a respeito? O que o BDS pode ter oferecido em termos de know-how democrático para os movimentos sociais?*

John Chalcraft. O movimento BDS, que vem se construindo desde o início dos anos 2000, é um desdobramento excitante na história política da região. Criado a partir da luta que ajudou a derrubar o *Apartheid* na África do Sul, trata-se de um movimento transnacional baseado na busca não-violenta por direitos fundamentais dos palestinos despossuídos. Ele busca desenvolver formas de solidariedade para além de fronteiras nacionais, continentais e geopolíticas – algo que é vitalmente importante na era da globalização neoliberal, do identitarismo e da política cínica das grandes potências.

Ele possui uma organização estrutural baseada em redes, rizomática e descentralizada, e é incrivelmente diversificado, tanto em nacionalidade, etnicidade, raça, classe, gênero e religião. Sua identidade tem muitas

¹ Trata-se de um movimento internacional de boicote em áreas diversas contra o Estado de Israel e sua política de “apartheid” para com a população árabe-palestina (N. do T.). Ver Chalcraft (2015) para sua posição sobre o BDS.

semelhanças com aquelas características da multidão. Isso porque esta ataca as formas totalizantes de fechamento discursivo ao mesmo tempo que recusa as formas identitárias de política, como aquelas tradicionalmente associadas ao antissemitismo ou outras oriundas de movimentos de direita que são essencialmente culturalistas. O movimento estabelece uma forma de energizar a ação direta, ultrapassando o poder das autoridades, para poder desafiar, despojar e boicotar países e companhias cúmplices com as violações das leis internacionais e violações de direitos humanos que abundam no colonialismo israelense.

Qualquer um pode aderir ao boicote e as companhias são sensíveis aos boicotes e aos danos que eles trazem às suas reputações. Ainda assim, como fica subentendido na palavra “sanções”, o movimento não abdica completamente da esfera dos Estados-nação, ou finge que eles não existem. É um movimento baseado na sociedade civil e cívica, que busca inclusive alterar as ações entre os países sem tornar-se parte do Estado. Ela já conseguiu alguns sucessos bastante expressivos na política de desinvestimento, mesmo com todas suas restrições (como no caso da companhia Veolia), e ajudou a expor as poderosas formas de racismo que operam dentro do sionismo, ainda que não tenha conseguido ainda causar muito dano no colonialismo israelense. Em todo o caso, as elites políticas de Israel e seus aliados têm ficado cada vez mais preocupados com o movimento. Muitos de seus militantes vieram de movimentos pela justiça global e dos sindicatos e são atraídos para posições progressistas, pós-nacionalistas e radicalmente democráticas. Tal movimento tem, e deveria ter, um grande apelo à esquerda contemporânea.

Referências bibliográficas

CHALCRAFT, J. *Striking Cabbies of Cairo and Other Stories*. Albany: SUNY Press, 2005a.

_____. Pluralizing Capitalism, challenging Eurocentrism: Toward Post-Marxist Historiography. *Radical History Review*, n. 91, p. 13-38, 2005.

_____. *The Invisible Cage: Syrian Migrant Workers in Lebanon*. Stanford: Stanford University Press, 2009.

- _____. Labour protest and hegemony in Egypt and the Arabian Peninsula. In: MOTTA, S. C.; NILSEN, A. G. (orgs.). *Social Movements in the Global South: Dispossession, Development and Resistance*. London: Palgrave Macmillan, 2011. (p. 35-58).
- _____. The BDS movement and radical democracy. In: FELDMAN, D. (org.). *Boycotts Past and Present*. London: Palgrave, 2015.
- _____. *Popular Politics in the Making of the Modern Middle East*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- CHALCRAFT, J.; NOORANI, Y. (orgs.). *Counterhegemony in the Colony and Postcolony*. London: Palgrave, 2007.
- CHIBBER, V. *Postcolonial Theory and the Specter of Capital*. New York: Verso, 2013.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 2001 [1985].
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- WEBER, M. *A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.